

MARCO ALVES

**S
A
L
A
Z
A
R**

CONFIDENCIAL

A HISTÓRIA SECRETA
DA REDE DE CUNHAS
E FAVORES
DO ESTADO NOVO

Ideias de Ler

Índice

Introdução	7
“Pedi aos Serviços que se encarregassem do assunto.” Como Salazar usava os meios do Estado na sua vida privada	17
“Uma lembrança do meu pomar, como gratidão.” As ofertas ao presidente do Conselho, os pedidos e as queixas dos ministros	43
“Uma vítima do ministro prevaricador...” As infidelidades no Governo e as ameaças com a PIDE	59
“Senhor Presidente, a rapariga pode ser admitida imediatamente.” O Estado Novo como agência de emprego	73
“Era preciso arranjar um lugar para o sobrinho do dr. Salazar.” Como se movimentavam os familiares e amigos de Santa Comba Dão	119
“O senhor doutor também dava um jeitinho...” As vantagens de ser visita de casa de Salazar	155

“O amigo que sempre foi para nós...”	
O tráfico de cargos entre a Assembleia Nacional e o partido único	175
“Uma pequena insinuação bastava...”	
Os presidentes de câmara na mão do regime	193
“Tem Vossa Excelência mais alguém?”	
Como Salazar distribuía casas pelos protegidos	203
“Ando aflito para colocar os meus dois rapazes...”	
As estratégias para pedir empregos para os familiares	229
“Ouso confiar o caso à tua consideração.”	
Cunhas e favores para padres, bispos e freiras	275
“A V. Ex.^a devo a minha colocação como juiz...”	
As carreiras judiciais que se construía em São Bento	295
“Desejo ‘instalar-me’, como se instalaram tantos.”	
Como os militares, de todas as patentes, pediram promoções e favores	307
“Nunca ponhas o teu dinheiro nos teus negócios.”	
Quando nobreza e realeza recorriam a Salazar	331
A mentira de Salazar: uma conclusão	359

Introdução

“Meu caro Salazar”, começava Mário de Figueiredo na carta que escreveu a 3 de janeiro de 1935 ao presidente do Conselho. Os dois beirões eram amigos há mais de vinte anos, desde os tempos do seminário de Viseu, que se prolongaram à Faculdade de Direito em Coimbra e continuaram durante todo o Estado Novo, tendo Mário de Figueiredo assumido vários cargos de confiança no regime. Na altura desta carta, já tinha sido ministro da Justiça e dos Cultos (1928-29), ia assumir o cargo de deputado (1935-69) e preparava-se para liderar a missão portuguesa que iria, junto da Santa Sé, assinar a Concorda de 1940, ano em que assumiu uma nova pasta, a da Educação, até 1944. Era uma das mais destacadas vozes na oficiosa catolização do regime depois da laicização dos tempos da I República (1910-1926).

Mário de Figueiredo escrevia a Salazar porque estava com um problema privado. “Por motivos que pessoalmente te explicarei logo que isso me seja possível – e é-o quando quiseres – pedi ao Rodrigues [Manuel Rodrigues, ministro da Justiça na altura e até há poucos meses ministro da Instrução Pública] a publicação do decreto que pôs a funcionar o liceu normal de Coimbra, já criado por lei.” Tratava-se da atual Escola Secundária José Falcão, que remontava à reforma educativa de Passos Manuel em 1836, que por sua vez preconizava a criação de liceus nas capitais de distrito. O de Coimbra arrancou em 1840 e teve várias localizações e denominações, até que em 1936 foi inaugurado num espaço próprio, construído de raiz nos cinco anos anteriores¹.

Quando Mário de Figueiredo escreveu a Salazar era ainda 1935 e era evidente a sua pressa para que o liceu arrancasse, mas não pelas razões educativas: “O que eu pretendia era o lugar de chefe de secretaria para um amigo que perdera o que tinha por motivos que me não eram imputáveis, mas o certo é que apareci na questão como causa determinante.” Logo a seguir, começava a entrar em pormenores, fazendo referência a “despeitos de uma criatura que tem figura humana de mulher e de cujos braços pude fugir sem deixar a comprometedora capa...”

Figueiredo ter-se-á envolvido com uma mulher casada e, embora desse a entender que conseguira desenvencilhar-se do caso, provocara um dano colateral: “Não deixei a capa, mas deixei o despeito e isso a levou a procurar envolver-me em Coimbra em uma rede miserável de intrigas que sempre tocam, mesmo quando destituídas de qualquer fundamento, como no caso. O meu amigo era ajudante do marido daquela criatura e teve que dizer-lhe quem esta era e, em consequência, abandonar o lugar. Quero dizer-te que era e sou recebido em casa deste meu amigo como pessoa de família. Desejei por isso colocá-lo e pedi ao Rodrigues o decreto, pondo-lhe claramente a questão. O Rodrigues não pôs dúvida em o mandar lavrar, tanto mais que o diretor-geral era da opinião de que ele devia ser posto em vigor.”

O caso não seria assim tão simples. “Mas, apesar de criado na lei, não tinha sido previsto o seu funcionamento no orçamento e não existia, por isso, a necessária dotação.” Como se a pressa não fosse motivada por interesses privados, Mário de Figueiredo dizia que “o diretor-geral estudou a maneira e o decreto foi organizado e publicado de acordo com a legislação do ensino secundário. Em consequência disso, o meu amigo foi contratado em agosto, mas o contrato aguarda visto do T. de C. [Tribunal de Contas] e a remessa para o visto aguarda o decreto que cria a verba necessária. Anda-se nisto desde setembro e não de agosto, como acima digo”. Figueiredo escrevia a Salazar que não era por acaso, porque “o decreto ofendia desejos de vários professores que queriam ir para o liceu normal e não foram, e que queriam ser reitores e não foram. Daí uma campanha enorme contra o decreto. A princípio, era obra de reviralthistas [opositores do regime]; (...) depois, obra minha,

levada a efeito por motivos inconfessáveis: os motivos inconfessáveis eram a mulher do meu amigo!”

Figueiredo continuou a expor o caso, mas de uma forma pouco clara. “Tive que pedir explicações pessoais a um miserável, que em resposta me escreveu uma carta a desdizer tudo o que tinham dito e a afirmar o muito respeito e consideração que tinha por mim. Cortei com várias pessoas e esfriei com outras. O decreto chegou a ser apelidado de imoral. Mas depois, em face do definitivo, tudo serenou. Aqui tens a questão. Agora, se o decreto é anulado é que tinham razão os que o apelidaram de imoral e eu fico numa situação desgraçada: o autor da imoralidade. Eu e o Rodrigues. Vê se queres sujeitar-nos a esta situação!”

A terminar, intimou Salazar com a segurança de quem o sabia muito amigo: “Peço-te, pois, que desistas do teu intento e peço-te mais, que faças publicar o decreto que cria a dotação imediatamente. Agradecia-te que, para minha tranquilidade, me dizeses ou mandares dizer alguma coisa na volta do correio, ou ainda, melhor, pelo telefone, logo que receberes esta carta. Abraço do amigo e admirador”.

*

Ao longo de 40 anos, Salazar recebeu milhares de cartas com pedidos de favores, de ajudas e de cunhas. Mário de Figueiredo foi direto no seu pedido, fruto da relação pessoal que tinha com o presidente do Conselho – e é nesse registo que vamos vê-lo ainda neste livro a movimentar-se para conseguir um cargo para dois familiares da sua mulher –, mas o tom, em regra, não era esse. Durante muito tempo, largos setores do país mendigaram a Salazar um cargo, uma casa, uma promoção, uma esmola, uma pensão, uma transferência. Ou um jeito, uma palavra ou uma intervenção do presidente do Conselho para resolver todo o tipo de problemas, incluindo a intervenção direta em processos judiciais a decorrer. O comportamento foi transversal a toda a sociedade: ministros, amigos, familiares, visitas de casa, deputados, polícias, juizes, advogados, padres, duques, baronesas, professores, médicos, administradores, militares, ex-colegas, artistas e operários.